

CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS E TÍTULOS Nº 01/2009

ANEXO II – CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E BIBLIOGRÁFICOS

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

CARGO: 1.01 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO I (SERVIÇOS GERAIS)

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO COM CONHECIMENTO BÁSICO NA FUNÇÃO.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO.

1 -PORTUGUÊS: 10 QUESTÕES - De acordo com o novo acordo ortográfico

Leitura, compreensão e interpretação de texto; sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos; linguagem denotativa e conotativa; variantes linguísticas; encontro vocálico, encontro consonantal e dígrafo; ortografia; pontuação; tipos de frases; tipos de substantivos - flexão dos substantivos em gênero, número e grau; adjetivos; verbos; numerais; preposições; advérbios; sujeito; predicado; estrutura e formação das palavras.

2 -MATEMÁTICA: 10 QUESTÕES

Operações com números inteiros, racionais, fracionários e decimais; múltiplos e divisores; números decimais e horários; sistema de numeração romana; a ideia de fração; potenciação; raiz quadrada; expressões numéricas; porcentagem; juros simples e compostos; regra de três simples e composta; equações do 1º e do 2º Grau; raízes; equações fracionárias; teorema de Pitágoras; questões de raciocínio lógico na forma de problemas.

3 - CONHECIMENTOS GERAIS E BÁSICOS DA FUNÇÃO – 20 QUESTÕES

Ética e cidadania, Relações humanas no trabalho. Noções básicas de atendimento ao público. Notícias nacionais atuais referentes aos temas sócio-econômico – políticos e esportivos, veiculadas pela imprensa escrita, falada e televisiva. Localidades geográficas e fatos históricos da região; Noções de Prevenção de acidentes, Primeiros socorros e de organização e disciplina geral. Conhecimentos básicos sobre a rotina do trabalho compatível com a função.

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

CARGO: 1.02 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO II

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO COM CONHECIMENTO BÁSICO EM INFORMÁTICA E ATENDIMENTO AO PÚBLICO.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 -PORTUGUÊS: 10 QUESTÕES - De acordo com o novo acordo ortográfico

Leitura, compreensão e interpretação de texto; sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos; linguagem denotativa e conotativa; variantes linguísticas; encontro vocálico, encontro consonantal e dígrafo; ortografia; pontuação; tipos de frases; tipos de substantivos - flexão dos substantivos em gênero, número e grau; adjetivos; verbos; numerais; preposições; advérbios; sujeito; predicado; estrutura e formação das palavras.

2 -MATEMÁTICA: 10 QUESTÕES

Operações com números inteiros, racionais, fracionários e decimais; múltiplos e divisores; números decimais e horários; sistema de numeração romana; a ideia de fração; potenciação; raiz quadrada; expressões numéricas; porcentagem; juros simples e compostos; regra de três simples e composta; equações 1º e do 2º Grau; raízes; equações fracionárias; teorema de Pitágoras; questões de raciocínio lógico na forma de problemas.

3 -INFORMÁTICA – 05 QUESTÕES

Conceitos básicos de operação de microcomputadores; Conceitos básicos de operação com arquivos em ambiente DOS/Windows; Conceitos básicos para utilização do pacote MS-Office; Conceitos de Internet; Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet; Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa; Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software.

4 – LEGISLAÇÕES, CONHECIMENTOS GERAIS E BÁSICOS DA FUNÇÃO – 15 QUESTÕES

Ética e cidadania, Relações humanas no trabalho. Noções básicas de atendimento ao público. Notícias nacionais atuais referentes aos temas sócio-econômico – políticos e esportivos, veiculadas pela imprensa escrita, falada e televisiva. Localidades geográficas e fatos históricos da região; Noções de Prevenção de acidentes, Primeiros socorros e de organização e disciplina geral.

5 – LEGISLAÇÃO BÁSICA:

BRASIL. Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde.

BRASIL. Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde.

CARGOS COM EXIGÊNCIA DE ENSINO MÉDIO COMPLETO / TÉCNICO

CARGO: 2.01 - AUXILIAR ADMINISTRATIVO III

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO MÉDIO COMPLETO COM CONHECIMENTO BÁSICO EM INFORMÁTICA E ATENDIMENTO AO PÚBLICO.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 -PORTUGUÊS – 10 QUESTÕES - De acordo com o novo acordo ortográfico

Texto: Interpretação e compreensão; fonema, sílaba e divisão silábica; estrutura e formação das palavras; sintaxe frase e oração em período composto por coordenação e subordinação; concordância verbal e nominal; colocação pronominal; pontuação; linguagem denotativa e conotativa; valor semântico de uma palavra; sinônimo, antônimo, parônimo, homônimo e polissemio; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

2 -MATEMÁTICA – 10 QUESTÕES

Equações do 1º Grau e do 2º Grau – unidades de comprimento; unidades de medidas de áreas e unidades de medidas de capacidade; conjuntos numéricos; potenciação e radiciação; porcentagem; juros simples e compostos; regra de três simples e composta; funções; média aritmética simples e ponderada; progressão aritmética e geométrica; grandezas diretamente e inversamente proporcionais.

3 -INFORMÁTICA – 05 QUESTÕES

Conceitos básicos de operação de microcomputadores; Conceitos básicos de operação com arquivos em ambiente DOS/Windows; Conceitos básicos para utilização do pacote MS-Office; Conceitos de Internet; Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos associados à Internet; Ferramentas e aplicativos comerciais de navegação, de correio eletrônico, de grupos de discussão, de busca e pesquisa; Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática: tipos de computadores, conceitos de hardware e de software.

4 – LEGISLAÇÕES, CONHECIMENTOS GERAIS E BÁSICOS DA FUNÇÃO – 15 QUESTÕES

Ética e cidadania, Relações humanas no trabalho. Noções básicas de atendimento ao público. Notícias nacionais atuais referentes aos temas sócio-econômico – políticos e esportivos, veiculadas pela imprensa escrita, falada e televisiva. Localidades geográficas e fatos históricos da região; Noções de Prevenção de acidentes, Primeiros socorros e de organização e disciplina geral. Conhecimentos básicos sobre a rotina do trabalho, compatível com a função.

5 - LEGISLAÇÃO BÁSICA:

BRASIL. Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde.

BRASIL. Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde.

CARGO: 2.02 - AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO ACD – ACD

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO MÉDIO COMPLETO COM CURSO TÉCNICO EM ACD E REGISTRO NO “CRO”.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 -PORTUGUÊS – 10 QUESTÕES - De acordo com o novo acordo ortográfico

Texto: Interpretação e compreensão; fonema, sílaba e divisão silábica; estrutura e formação das palavras; sintaxe frase e oração em período composto por coordenação e subordinação; concordância verbal e nominal; colocação pronominal; pontuação; linguagem denotativa e conotativa; valor semântico de uma palavra; sinônimo, antônimo, parônimo, homônimo e polissemio; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

2 -MATEMÁTICA – 10 QUESTÕES

Equações do 1º Grau e do 2º Grau – unidades de comprimento; unidades de medidas de áreas e unidades de medidas de capacidade; conjuntos numéricos; potenciação e radiciação; porcentagem; juros simples e compostos; regra de três simples e composta; funções; média aritmética simples e ponderada; progressão aritmética e geométrica; grandezas diretamente e inversamente proporcionais.

3 – LEGISLAÇÕES, CONHECIMENTOS GERAIS E BÁSICOS DA FUNÇÃO – 20 QUESTÕES

Ética e cidadania, relações humanas no trabalho; Notícias sobre os temas sócio-econômico, políticos e esportivos da atualidade, veiculadas pela imprensa escrita, falada e televisiva nos últimos 6 meses; Noções gerais de higiene; Localidades geográficas e fatos históricos da região; Prevenção de acidentes; Primeiros socorros; Noções gerais de organização e disciplina geral; Materiais odontológicos; (utilização, preparo, manipulação e acondicionamento); Equipamento e instrumentalização: (utilização, preparo, limpeza, esterilização, desinfecção, acondicionamento, funcionamento, lubrificação, manutenção e conservação)

4- LEGISLAÇÃO BÁSICA:

BRASIL. Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde.

BRASIL. Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde.

CARGO: 2.03 - TÉCNICO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO MÉDIO COMPLETO E CURSO TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO COM REGISTRO NO “MINISTÉRIO DO TRABALHO”

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 -PORTUGUÊS – 10 QUESTÕES - De acordo com o novo acordo ortográfico

Texto: Interpretação e compreensão; fonema, sílaba e divisão silábica; estrutura e formação das palavras; sintaxe frase e oração em período composto por coordenação e subordinação; concordância verbal e nominal; colocação pronominal; pontuação; linguagem denotativa e conotativa; valor semântico de uma palavra; sinônimo, antônimo, parônimo, homônimo e polissemio; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

2 -MATEMÁTICA – 10 QUESTÕES

Equações do 1º Grau e do 2º Grau – unidades de comprimento; unidades de medidas de áreas e unidades de medidas de capacidade; conjuntos numéricos; potenciação e radiciação; porcentagem; juros simples e compostos; regra de três simples e composta; funções; média aritmética simples e ponderada; progressão aritmética e geométrica; grandezas diretamente e inversamente proporcionais.

3 – LEGISLAÇÕES, CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS DA FUNÇÃO – 20 - QUESTÕES

Legislação que rege a segurança do trabalho (**NRs/Portaria 3.214**); Normas técnicas específicas, Corpo de Bombeiros - quanto a treinamento e formação de brigada de incêndio; Normas técnicas de edificações (ABNT), para locação de equipamentos de combate a incêndio (hidrantes, extintores, sinalização de segurança); Legislação Ambiental estadual e federal; Técnicas de análise de acidentes; Conhecimentos gerais sobre avaliações ambientais e os equipamentos a serem utilizados; Conceitos de gerenciamento de risco; Conceito sobre processos de gestão de qualidade, segurança e meio ambiente da série ISSO 9002, ISSO 14000, Equipamentos de proteção individual; Prevenção e combate a incêndios; CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho; Classificação e caracterização dos riscos ocupacionais: físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e de acidentes; Controle e eliminação de riscos.

4 – LEGISLAÇÃO BÁSICA:

BRASIL. Lei Federal 6514 de 22 de dezembro de 1977 e Decreto 46.076 de 31 de agosto de 2001 e respectivos IT; **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde.

CARGO: 2.04 - TÉCNICO EM RADIOLOGIA / OPERADOR DE RAIOS X

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO MÉDIO COMPLETO COM CURSO DE TÉCNICO EM RADIOLOGIA E REGISTRO NO "CRTR"

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 -PORTUGUÊS – 10 QUESTÕES - De acordo com o novo acordo ortográfico

Texto: Interpretação e compreensão; fonema, sílaba e divisão silábica; estrutura e formação das palavras; sintaxe frase e oração em período composto por coordenação e subordinação; concordância verbal e nominal; colocação pronominal; pontuação; linguagem denotativa e conotativa; valor semântico de uma palavra; sinônimo, antônimo, parônimo, homônimo e polissemio; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

2 -MATEMÁTICA – 10 QUESTÕES

Equações do 1º Grau e do 2º Grau – unidades de comprimento; unidades de medidas de áreas e unidades de medidas de capacidade; conjuntos numéricos; potenciação e radiciação; porcentagem; juros simples e compostos; regra de três simples e composta; funções; média aritmética simples e ponderada; progressão aritmética e geométrica; grandezas diretamente e inversamente proporcionais.

3 – LEGISLAÇÕES, CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS DA FUNÇÃO – 20 - QUESTÕES

Radiologia convencional; Tomografia computadorizada; Proteção radiologia; Ressonância magnética; Radioterapia; medicina nuclear; anatomia radiológica; produção de raios-x. **GREENSPAN,** Adam – RADIOLOGIA ORTOPÉDICA. Guanabara Koogan. Encadernação: Publicação; Brasil, 2001. **BRONTRAGER,** Kenneth L. TRATADO DE TÉCNICA RADIOLOGICA E BASE Anatômica: Guanabara Koogan. 5 ed. Publicação; Brasil, 2003. **MAIERHOFER,** Lúcia – GUIA PRÁTICO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA: Vigilância Sanitária - Portaria 453 – acessar site – <http://e-legis.bvs.br/leisref/public/showAct.php?id=1021> ou www.nuclear.radiologia.com.br/legis/port453/port453.html > <http://www.cremesp.org.br/administra/deptos/def/html/Portaria_Federal_453-98.htm> Pesquisa www.google.com.br - Apostila Noções Básicas de proteção radiológicas – IPEN – agosto de 2002 – ou pelo site – <http://www.ipen.br/apostila30hora.pdf>.

4 - LEGISLAÇÃO BÁSICA:

BRASIL. Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde.

BRASIL. Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde.

CARGO: 2.05 - TÉCNICO DE LABORATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO MÉDIO COMPLETO COM CURSO DE TÉCNICO EM LABORATÓRIO OU TÉCNICO EM ENFERMAGEM, (Técnico em laboratório, com certificado de curso técnico) e Técnico de Enfermagem com registro no "COREN"

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1 -PORTUGUÊS – 10 QUESTÕES - De acordo com o novo acordo ortográfico

Texto: Interpretação e compreensão; fonema, sílaba e divisão silábica; estrutura e formação das palavras; sintaxe frase e oração em período composto por coordenação e subordinação; concordância verbal e nominal; colocação pronominal; pontuação; linguagem denotativa e conotativa; valor semântico de uma palavra; sinônimo, antônimo, parônimo, homônimo e polissemio; figuras de linguagem; vícios de linguagem.

2 - MATEMÁTICA – 10 QUESTÕES

Equações do 1º Grau e do 2º Grau – unidades de comprimento; unidades de medidas de áreas e unidades de medidas de capacidade; conjuntos numéricos; potenciação e radiciação; porcentagem; juros simples e compostos; regra de três simples e composta; funções; média aritmética simples e ponderada; progressão aritmética e geométrica; grandezas diretamente e inversamente proporcionais.

3 - LEGISLAÇÕES, CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS DA FUNÇÃO – 20 – QUESTÕES

Identificação dos principais equipamentos de laboratório e de suas funções; Identificação dos principais frascos pertencentes à vidraria de laboratório e de suas funções; Pesagem de substâncias em balanças de laboratório; Preparo de soluções aquosas, explorando-se os conceitos de concentração e molaridade; Preparação e visualização microscópica de esfregaço sanguíneo; Pipetagem de líquidos, explorando-se as unidades de volume (litro, mililitro, microlitro); Manuseio de microscópio óptico; Ética Profissional: código de ética. – Assepsia e Antissepsia. – Esterilização: úmida e a seco, agentes químicos. – Microorganismos patogênicos: protozoários, fungos, bactérias, microbactérias e vírus. – Sinais vitais. – Saúde da mulher (Pré-natal, parto e puerpério; coleta de citologia Oncótica do colo Uterino; Prevenção do Câncer de Mama: Métodos contraceptivos; Climatério; Gravidez na Adolescência.) – Saúde da criança (Puericultura e Pediatria. Imunização) - Saúde do Adolescente - Saúde do Adulto (Programas de hipertensão, diabetes, AIDS, Tuberculose e Hanseníase). - Fundamentos de Enfermagem (Curativo, Sondagem, Inalação etc...) - Doenças Sexualmente Transmissíveis. - Infecção Hospitalar. – Medidas de higiene e segurança para o trabalhador de enfermagem. - Política de Saúde – SUS (diretrizes, princípios) – Lei 8080 e 8142 de 1990. - Emergências clínico-cirúrgica e assistência de enfermagem. – Primeiros Socorros (Traumas, Queimaduras etc...);

4 - LEGISLAÇÃO BÁSICA:

BRASIL. Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde.

BRASIL. Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **Portaria 399/SUS de 22/02/2006.** **Guia de Vigilância Epidemiológica-5ª edição.** 2004.

CARGO COM EXIGÊNCIA DE ENSINO SUPERIOR

CARGO: 3.01 - ANALISTA AMBIENTAL

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO SUPERIOR COMPLETO EM ENGENHARIA AMBIENTAL OU TECNÓLOGO AMBIENTAL, COM REGISTRO NO CONSELHO CORRESPONDENTE. ("CREA" E/OU "ART")

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO BÁSICA:

BRASIL. Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde.

BRASIL. Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde.

Legislação Ambiental de Impacto Ambiental; Monitoramento de Recursos Hídricos; Auditoria Ambiental; Conhecimento e Ciência Agrária Florestal; Tratamento de Efluentes e Mineração. Lei n.º 94.771, de 15 de setembro de 1965: Código Florestal; Medida Provisória nº 2.166/001: que altera a Lei do Código Florestal. Lei n.º 5.197, de 3 de janeiro de 1967: Lei de Proteção à Fauna. Lei nº 7.661/88: Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro. Medida Provisória nº 2.186/01: Acesso ao Patrimônio Genético. Art. 225 da Constituição Federal do Brasil de 1988. Artigo 4.º da Lei nº 10.410/02. 42.20 Resolução CONAMA nº 001/86: EIA/RIMA. 42.21 Resolução CONAMA nº 237/97: Licenciamento Ambiental. Convenções internacionais voltadas à proteção de espécies em que o Brasil é signatário. Convenção da Biodiversidade. Convenção Internacional sobre o Comércio das Espécies da Fauna e Flora em Perigo de Comissão Baleeira Internacional (CIB).

2- ARTIGOS, OBRAS E AUTORES:

Importância da Ecologia e o Papel do Homem no Meio Ambiente; Principais Ecossistemas Terrestres e Aquáticos. Legislação e Conservação dos Recursos; Solos: Perfil, Composição, Propriedades Físicas e Químicas, Gênese e Classificação; Classificação e Aptidão de Uso; Objetivo Terminal: Propriedades Físicas, Químicas e Biológicas dos Solos, Processos e Fatores Pedogenéticos de Sua Formação; Levantamento e Mapas de Solos; Inventário Florestal **BERNARDO, Luiz Di; BERNARDO, Di Ângela; FILHO, Paulo Luiz Centurione**, Ensaios de Tratabilidade de Água e dos Resíduos Gerados em Estações de Tratamento de Água. São Carlos, 2002. **BRAILE, Pedro Marcio; CAVALCANTE, José Eduardo W.**, Manual de tratamento de águas residuárias industriais, Cetesb, 1993. **DURAN, N.**; Eposito, E.; em Microbiologia Ambiental (Melo, I.S.; Azevedo, J.L. ¾ Embrapa-CNPMA; Jaguariuna-SP), 1997. **JORDÃO, Eduardo Pacheco; PESSOA, Constantino Arruda**, Tratamento de Esgotos Domésticos. 4ª Ed., Rio de Janeiro, 2005. **MACEDO, José Antonio Barros de**, Águas e Águas. CRQ-MG, Belo Horizonte, 2004. **ODUM, E.P.** – "Fundamentos de Ecologia", Editora Thomson Pioneira, 2007. **RICHTER A.** Carlos; NETTO, José M. de Azevedo, Tratamento de Água Tecnologia Atualizada. 5ª Ed, São Paulo, 2003, www.mma.gov.br - Agenda 21/ Biodiversidade e Florestas/ Desenvolvimento Sustentável/ Recursos Hídricos e Ambiente Urbano/ Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental; - Resolução Conama 357; www.ambiente.sp.gov.br/deprn.htm; www.cetesb.sp.gov.br; - Licenciamento Ambiental/ Documentos exigidos/ Reserva Legal/ Legislação Ambiental e Normas ISO14000;

CARGO: 3.02 - BIÓLOGO

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO SUPERIOR COMPLETO COM REGISTRO NO "CRB"

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO BÁSICA:

BRASIL. Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde.

BRASIL. Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde.

2 – ARTIGOS, OBRAS E AUTORES:

AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. **Fundamentos da Biologia Moderna:** Editora Moderna.

FROTA-PESSOA, O. **Biologia no ensino médio.** São Paulo: Scipione, 2001 (os caminhos da vida, manual do professor)

PELCZAR, M. et alii **Microbiologia: Conceitos e aplicações.** São Paulo: Makron, 1996.

CARLINI, E. A. **Medicamentos, drogas saúde.** São Paulo: Hucitec/Sociedade brasileira de vigilância de medicamentos, 1995.

BARNES, R.D.; RUPPERT, E.E. **Zoologia de invertebrados.** São Paulo: Roca, 1994

POUGH, F.H. et alii. **A vida dos vertebrados.** São Paulo: Atheneu, 1993

VERONESI, R. **Doenças infecciosas e parasitárias.** 8 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

CORSON, W.H. **Manual Global de Ecologia.** São Paulo: Augustus, 1993.

GUYTON, A.C. **Fisiologia Humana.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.

JUNQUEIRA, L.C.U & CARNEIRO, J. **Biologia Celular e Molecular.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1997

JUNQUEIRA, L.C.U & CARNEIRO, J. **Histologia Básica.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1995.

CARGO: 3.03 - BIOMÉDICO

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO SUPERIOR COMPLETO EM BIOMEDICINA COM REGISTRO NO "CRBM"

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO BÁSICA:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. **LEI nº. 6.686,** DE 11 DE SETEMBRO DE 1979 Dispõe sobre o exercício da análise clínico-laboratorial; **LEI nº. 6.684,** DE 3 DE SETEMBRO DE 1979; **Decreto nº. 88.439** de 28 de junho de 1983 regulamentam a profissão de Biomédico; **Código de Ética** aprovado pela Resolução do **C.F.B.M.** - Nº 0002/84 DE 16/08/84 - D. O. U. 27/08/84, e de conformidade com o Regimento Interno Art. 54, 55, 60 - publicado 31/07/84. **Guia de Vigilância Epidemiológica** -5ª edição. 2004.

do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES:

HENRY, John Bernard. **Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais**. São Paulo, Editora Manole.

JAWETZ, Ernest. **Microbiologia, Medicina e Imunologia**. Editora: Artmed 7ª Ed. ano 2005.

OLIVEIRA LIMA. **Técnicas aplicadas ao laboratório clínico**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

_____. **Bioquímica aplicada ao clínico**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.

NEVES, David. **Parasitologia Humana e seus Fundamentos Gerais**. São Paulo: Editora ATHENEU ano 2003

RAVEL. **Aplicações Clínicas dos Dados Laboratoriais**. Editora: ATHENEU, 6ª ED. 1997

DE ROBERTIS, Eduardo. **Bases da biologia celular e molecular**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 4ª ED 2006.

VERRASTRO, Therezinha. **Fundamentos de Morfologia, Fisiologia, Patologia e Clínica**. Editora: atheneu ed.1ª ano 2005.

CARGO: 3.05 - ENFERMEIRO DO PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – P.S.F.

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO SUPERIOR COMPLETO COM REGISTRO NO "COREN" E ESPECIALIZAÇÃO EM PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – "PSF" OU EM SAÚDE PÚBLICA COM ÊNFASE NO "PSF".

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA E CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO BÁSICA:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL**. Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL**. Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL**. Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto. **Lei nº 7.498/86** - Lei do Exercício Profissional do Enfermeiro. **Decreto-Lei nº 94.406**, de junho de 1987. **Resolução COFEN nº 159**, de 19 de abril de 1993. **Lei Federal nº 10.507**, de 10 Jul 2002. **Decreto-Lei nº 3.189**, de 04 out 1999. **Portaria nº 1.886**/Ministério da Saúde, de 18 dez 1997.

2 - AUTORES OBRAS E ARTIGOS:

A Enfermagem em Pediatria e Puericultura, Edilza Maria R. Schiinitz, Livraria Atheneu – 1989; **Manual de Enfermagem em Pediatria**, Jane Isabel Biehl, Beatriz Seblen Ojeda, Terezinha Perin Elizabete Moreira da Silva, Editora Médica e Científica Ltda. – 1992. **ENFERMAGEM PEDIÁTRICA**, Maria da Graça Corso da Motta, Neusa Roque, Silvia Rossi – 1990 – **CARTILHA DE AMAMENTAÇÃO DOANDO AMOR**, Jayme Murahovschi, Ernesto Teixeira do Nascimento, Keiko Miyasaki Teruya, Laís Graci dos Santos Bueno, Paulo Eduardo Almeida Baldin -- Sergio C. Kabbach, Almed Editora e Livraria Ltda. – 1997; **AIDS E ENFERMAGEM OBSTÉTRICA**, Heimar de Fátima Marin, Mirian Santos Paiva, Sonia Maria Oliveira de Barros, E-PU-1991. - **PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA INTEGRAL A SAÚDE DA MULHER**, Controle de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), Manual do Ministério da Saúde - **Urgências e Emergências maternas**, Manual do Ministério da Saúde - **Pré-Natal de Alto Risco**, Manual do Ministério da Saúde **Pré-Natal de Baixo Risco**, Manual do Ministério da Saúde - **Controle do Câncer Cérvico-Uterino e de Mama**, Normas e Manuais Técnicos do Ministério da Saúde – Programa DST / AIDS, Secretaria do Estado da Saúde **Enfermagem em Doenças Transmissíveis, E.P.U. - Normas de Biossegurança**; Programa DST / AIDS da Secretaria do Estado da Saúde - **Recomendações para a Redução da Transmissão Vertical – AIDS**; Programa DST / AIDS da Secretaria do Estado da Saúde - **Manual de Planejamento Familiar do Ministério da Saúde** - Atualização Terapêutica, F. Cintra do Prado, Jairo Ramos, JRibeiro do Valle, Artes Médicas – 1981 **Administração em Enfermagem**, Editora São Camilo – **CEDAS Administração em Enfermagem**, Paulino Kurcgant, **E-P-U Enfermagem em Emergências**, Julio Ikeda Fodes; **Bioética e Saúde**, Christian de Paul de Barchifontaine - Leocir Pessini, Ademar Rover, **CEDAS** - Centro São Camilo de Desenvolvimento em Administração de Saúde; **Fundamento de Enfermagem**, Julio Ikeda Fodes, Emílio Emi Kawamoto - **Enfermagem, Cálculos e Administração de Medicamentos**, Arlete Giovani, Legnar Informática e Editora; **Manual de Drogas e Soluções**, Naima da Silva Staut, Maria Dorys Emmy Menacho Durán, Marta Janete Mulatti Brigano - **Procedimentos Básicos de Enfermagem**, Deptos- de Enfermagem do Hospital das Clínicas e da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, Atheneu – **Moderna Prática de Enfermagem**, Brunner / Suddadh, Editora Interamericana. Norma de Programa Estadual de Imunização, **Manual de Vacinação da Secretaria do Estado da Saúde, 2002**. Epidemiologia Geral, Oswaldo P. Forattini, Editora Artes Médicas, 1986 – **SUS - Sistema Único de Saúde** - Princípios e Diretrizes, Manual do Ministério da Saúde - Contribuição à Implantação do SUS, E. S. Almeida; Faculdade de Saúde Pública da USP - Dezembro/95 -Saúde e Cidadania a Implantação do SUS, Arthur Chioro, A. Scas/96 --

CARGO: 3.06 - FARMACÊUTICO

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO SUPERIOR COMPLETO COM REGISTRO NO "CRF"

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 – LEGISLAÇÃO.

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; **Portaria n.º 4/98** – SUS/MS de 12/maio/1998; **Lei Federal n.º 9.787** e Resolução 391/99. Resolução SS – 33; **Lei Federal n.º 6,360/76**, Decreto Federal 79.094/1977. Portaria CVS – 12; **Lei n.º 5.991. Decreto n.º 74.170** de 10/06/1974. **Portaria 2.084 e 2.577** de 27/10/2006 (DOU 13/11/06);

2 - OBRAS, AUTORES E ARTIGOS:

Farmacologia aplicada – Zanini - Oga. Interações medicamentosas – Almir Fonseca; Guia pratico de farmácia magistral – Anderson de Oliveira Ferreira. **Farmacopeia Brasileira.** Ed. Atheneu-1998. **Farmacopéia Americana.** USP 28 / NF 23; 2005. **KOROLKOVAS, A.** Análise Farmacêutica-Ed. Guanabara Dois-1984. **PRISTA, L.N. ALVES,A.C., MORGADO, R.** Tecnologia Farmacêutica. 5ª edição Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian; 1995. 3v; **STORPIRTS, S. Biofarmacotécnica:** fundamentos de biodisponibilidade, bioequivalência, dissolução e intercambialidade de medicamentos genéricos. São Paulo. Divisão de Biblioteca e Documentação do Conjunto de Químicas da USP; 1999; **ANVISA** Departamento de controle de Farmácia do Ministério da Saúde (www.anvisa.gov.br) - **Bioquímica Clínica** – Alan Gow & ET AP & Denis, St J. O Reilly & Robat A. Cowan – Guanabara koogan; **Dicionário de Especialidades Terapêuticas 2006/2007;** Ministério da Saúde, 2007 – **Relação Nacional dos Medicamentos Essenciais (RENAME),** Brasília. Aquisição de Medicamentos para Assistência Farmacêutica no SUS, Ministério da Saúde, 2006, Brasília.

CARGO: 3.07 - FISIOTERAPEUTA

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO SUPERIOR COMPLETO COM REGISTRO NO "CREFITO".

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 – LEGISLAÇÃO.

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

Fundamentos nas ciências: Conhecimentos básicos: anatomia, fisiologia, histologia, bioquímica, neuroanatomia, patologia. Conhecimentos em anatomofisiopatologia das alterações musculoesqueléticas, neurológicas e mental, cardiorrespiratórias, angiológicas e pediátricas. Fundamentos de Fisioterapia. Técnicas básicas em: cinesioterapia motora, manipulações, cinesioterapia respiratória, fisioterapia respiratória em UTI. Técnicas preventivas nas: alterações musculoesqueléticas, prevenção de escaras de decúbito, complicações do aparelho respiratório. Técnicas de treinamento em locomoção e de ambulação: conhecimentos básicos em eletro, foto e termoterapia. Conhecimentos básicos em mecanoterapia e em métodos e técnicas cinesioterápicas que promovam a reeducação funcional. Fisioterapia nos diferentes aspectos clínicos e cirúrgicos (fase hospitalar ou ambulatorial). Atendimento nas fases pré e pós-operatórias nas diversas patologias. Ortopedia e traumatologia - pacientes submetidos à tração transesquelética, osteossínteses e fixadores externos, amputações e alterações neurológicas periféricas. Clínica médica - pacientes com alterações cardiorrespiratórias, metabólicas, infectocontagiosas, com sequelas ou não. Neurocirurgia e Neuroclínica - pacientes com alterações de consciência ou não, submetidos a tratamento clínico, pré ou pós-operatórios de patologias neurológicas, sequelados ou não, com vários graus de acometimento. Pediatria - pacientes com alterações respiratórias, motoras ou metabólicas decorrentes de afecções cirúrgicas, neurológicas, ortopédicas e outros. Clínica cirúrgica - pacientes em pré ou pós-operatórios de cirurgias abdominais ou torácicas com alterações respiratórias ou não. Fisioterapia Na Ortopedia E Medicina Do Esporte, 2ª Edição . 1993, **James A. Gouid**, Editora Manole; **Krusen.** Tratado De Medicina Física E Reabilitação, 3ª Edição. 1986, **Frederic J. Kottke, G. Keith Stillwell**, Justus F. Lehmann, Editora Manole. Propedeutica Neurologica Básica, 1996 - 5< Reimpressão, Editora Atheneu, **Wilson Luis Sanvito.** Medicina De Reabilitação - Princípios E Pratica, Volume1e2 1992, **Joel A. Delisa**, Editora Manole, Fisioterapia - Avaliação E Tratamento, 2ª Edição – 1993, **Susan B. U'sullivan, Thomas J. Schimitz Cash** - Neurologia Para Fisioterapeutas, 4ª Edição. 1987, Patricia A. Downie, Editora Panamericana.

CARGO: 3.08 - FÍSICO

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO SUPERIOR COMPLETO COM TÍTULO DE BACHAREL EM FÍSICA

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1. Mecânica: Velocidade, Aceleração, Movimento retilíneo e Movimento Circular, Leis de Newton, Energia Mecânica, Densidade, Pressão, Equilíbrio de Corpos Rígidos. 2. Termodinâmica: Temperatura, Calor, Dilatação Térmica, Propriedade Térmica dos Gases, Máquinas Térmicas. 3. Ondulatória e Óptica: Ondas em uma dimensão, Acústica, Óptica Geométrica, Espelhos Planos e Esféricos, Refração da Luz, Lentes e Instrumentos Ópticos. 4. Eletromagnetismo: Eletrostática, Campo e Potencial Elétrico, Resistores, Circuitos de Corrente Contínua e Circuitos de Corrente Alternada, Geradores Elétricos, Instrumentos de Medida em Circuitos Elétricos, Campo Magnético, Força Eletromotriz Induzida, Transformador, Dispositivos Eletrônicos. 5. Física Moderna: Velocidade da Luz. 6. Noções básicas de higiene e segurança em laboratório. a **Conhecimento do Código Sanitário do Estado de São Paulo – Lei 10.083/98** e legislações pertinentes na área de radiação ionizante e não-ionizante. Conhecimento em informática básica.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

BOYLESTAD, Robert L. **Introdução à Análise de Circuitos**. 10ª Edição. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.
CAPUANO, F.G.; MARINO, A.M.M. **Laboratório de Eletricidade e Eletrônica**. 24ª Edição. São Paulo: Ed. Érica, 2007.
CHAVES, Alair. **FÍSICA**. Volumes 1 e 2. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. Reichmann & Affonso, 2001.
EDMINISTER, Joseph A. **Circuitos Elétricos**. 2ª Edição. São Paulo: Makron, McGraw-Hill, 1991.
HALLIDAY, D.; Resnick, R. **Física**. Volumes 1 a 4. 4ª Edição. Rio de Janeiro: LTC, 1984.
NUSSENZVEIG, H. M. **Curso de Física Básica**. Volumes 1 a 4. 4ª Edição. Ed. Edgard Blucher, 2002.
OHLWEILER, O. A. **Fundamentos de Análise Instrumental**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.
HENRY, John Bernard. **Diagnósticos Clínicos e Tratamento por Métodos Laboratoriais**. São Paulo, Editora Manole.

CARGO: 3.09 – FONOAUDIÓLOGO

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO SUPERIOR COMPLETO COM REGISTRO NO "CRFa".

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL**. Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL**. Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL**. Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Código de Ética do Conselho de Fonoaudiologia.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

Alterações do sistema sensorio motor oral; disfluência fisiológica; disфония; distúrbios da fala e linguagem; deficiência auditiva; paralisia cerebral; AVC; TCE (traumatismos crânio encefálico); Audiologia; Dislalia; **Felício, C.M.** (1999). Fonoaudiologia Aplicada a Casos Odontológicos - Motricidade Oral e Audiologia. - **Boone, D. R. & Mc Farlane, S.C.**. A Voz e a Terapia Vocal. - **Kudo, Marcondes, Lins, & col.**. Fisioterapia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional em Pediatria. - **Santos, T. M. M. & Russo, I.C.P.** (1988). A Prática da Audiologia Clínica. - **Santos, T. M. M. & Russo, I.C.P.**. Audiologia Infantil. - **Greene, M.C.L.** Distúrbios da Voz. - **Azevedo, M.F. & Vieira, R.M. & Vila Nova, L.C.P.**. Desenvolvimento Auditivo de Crianças Normais e de Alto Risco. - Sociedade Brasileira de Audiologia. Atualização em Voz, Linguagem, Audição e Motricidade Oral; **Ferreira, L.P. (1990)**. O Fonoaudiólogo e a escola; **Servilha, A.E. & Jesus, M.H.F. & Santos, R.N.P. & col.** Fonoaudiologia em Serviço Público - Relato de Experiências; **Frota, Silvana** - Fundamentos em fonoaudiologia/Audiologia – Guanabara Koogan, 1998. Uma visão Compreensiva na Prática Fonoaudiológica: A influência da Alimentação - **Irene Marchesan**; - O Atraso de Linguagem como Fator Casual dos Distúrbios de Aprendizagem – **Cupello**, - A Gagueira (Teoria e Tratamento) **Jakubovicz**; Distúrbios de Leitura e Escrita – Teoria e Prática, **Maria Tereza Mazorra dos Santos e Ana Luíza Gomes Pinto Navas**; A Aplicação do Mascaramento em Audiologia, **Kátia de Almeida/Ieda Chaves/ Pacheco Russo/ Teresa Maria Momensohn –Santos** –Ed. Lovise;

CARGO: 3.10 - PSICÓLOGO

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO SUPERIOR COMPLETO COM REGISTRO NO "CRP"

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL**. Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL**. Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL**. Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete

do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

Manual para organização da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde; Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais – Paulo Dalgalarro – Ed. Artes Médicas; Como Trabalhamos com Grupos, **David E. Zimeinan, Luis Carlos Osório** (colaboradores) Ed. Artes Médicas; - Psicodiagnóstico, Processo de Intervenção, Marília Ancona – Lopez (org.) Editora Cortez; **Arminda Aberastury**- Psicanálise da Criança, Teoria e Técnica – Ed. Artmed; Fundamentos Básicos das Grupoterapias, **David E. Zimerman**, Ed. Artes Médicas. Introdução a obra de **Melanie Klein, Hanna Segal**, Ed. Imago; O Processo Psicodiagnóstico e as Técnicas Projetivas, **Martins Fontes, Maria Luisa Siqueira de O.**(org.); Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental, “Cuidar Sim, Excluir Não” Ministério da Saúde; Psicoterapia Breve de Orientação Psicanalítica - Eduardo Alberto Braier -Martins Fontes; Manual de Saúde Mental - Benedetto Saraceno - Fabrizio Asioli - Gianni Tognoni - Editora Hutech; Drogas e Redução de Danos: Uma Cartilha para profissionais de Saúde - Marcelo Niel - Dartiu Xavier da Silveira - Ministério da Saúde; Usuários de Substâncias Psicoativas: Abordagem, Diagnóstico e Tratamento, Coordenação de Ronaldo Laranjeira et al 2 ed. São Paulo; Saúde Mental no SUS: Os Centros de Atenção Psicossocial, Ministério da Saúde, Brasília-DF.

CARGO: 3.11 - TERAPEUTA OCUPACIONAL

REQUISITOS BÁSICOS: ENSINO SUPERIOR COMPLETO COM REGISTRO NO “CREFITO”

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Lei 10.216 de 06/04/01 do Ministério da Saúde; Portaria 336, de 19/02/02, do Ministério da Saúde.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

Reforma Psiquiátrica e Política de Saúde Mental no Brasil. OPAS - Brasília - Novembro de 2005; Documento apresentado à Cont. REg. de Reformados Serviços de Saúde Mental: 15 anos depois de CARACAS; **Terapia ocupacional** - Berenice Rosa Francisco. Editora Papirus – Campinas. **Entrevista de Ajuda.** Alfred Benjamin. Ed. Martins Fontes. **Como Trabalhamos com Grupos** David E. Zimerman, Luiz Carlos Osório colaboradores. Ed. Artes Médicas - **Manuais de Psiquiatria Infantil:** J. Ajuria Guerra **Adolescência Normal:** Arminda Aberastury-Maurício Nobel - Ed. Artes Médicas - **Psicopatologia e Semiologia dos transtornos mentais:** Paulo Dalgalarro – ed. Artes Médicas - Relatório Final da III Conferência Nacional de Saúde Mental-Cuidar Sim, Excluir Não - Reabilitação Psicossocial, Ana Pitta - Editora – Huzitec. **Benetton, J.** - Trilhas Associativas - Ampliando Recursos na Clínica da Psicose - CETO 1999. **Benetton, M.J.** - A Terapia Ocupacional como instrumento nas ações de saúde mental. Tese (Doutorado). Programa de Pós Graduação em Saúde Mental da Faculdade de Ciências Médicas, Universidades Estaduais de Campinas, 1994. **Carlo, Marisa de BARTALOTTI, Celina. (org).** Terapia Ocupacional no Brasil. Fundamentos e Perspectivas. São Paulo, Plexus Editora, 2001. **FRANCISCO, Berenice R.** Terapia Ocupacional. Campinas, SP: Papirus, 1988. **HAGEDORN, Rosemary.** Fundamentos da prática em terapia ocupacional, tradução por José Batista. São Paulo: Dynamis Editorial **MAXIMINO, V.S.** Grupos de atividades com pacientes psicóticos. São José dos Campos: UNIVAP, 2001. "Manual de Saúde Mental", **Benedeto Saraceno.**

EMPREGO COM EXIGÊNCIA DE ENSINO SUPERIOR – ÁREA MÉDICA

CARGO: 3.12 - MÉDICO – CLÍNICO / PLANTONISTA

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete

do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

Tratado de Medicina Interna- CECIL- 21ª edição/ 2001 Ed. Guanabara Koogan; Medicina Interna – Harison – vol 1 e 2 – 12ª edição – editora Guanabara koogan; Atualização Terapêutica – **F.Cintra do Prado** -2003 Ed. Artes Médicas; Medicina Ambulatorial - condutas médicas na atenção primária. **DUNCAN, Bruce B., SCHMIDT, Maria Inês., GIUGLIANI, Elsa R. J.**- 3ª edição. Ed.Artmed -2006; Medicina Interna- HARRISON; IV Diretrizes Brasileira de Hipertensão Arterial (2002), disponível no site da Sociedade Brasileira de Cardiologia – www.cardiol.br e no site da Sociedade Brasileira de Nefrologia – www.sbn.org.br; III Diretrizes Brasileiras sobre Dislipidemias (2001) site: www.cardiol.br; Consenso Brasileiro sobre Diabetes - diagnóstico e classificação do DM tipo II (2001), disponível no site www.diabetes.org.br; Normas do Programa de Imunização da Secretaria de Estado da Saúde.

CARGO: 3.13 - MÉDICO – CLÍNICO / AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

Tratado de Medicina Interna- CECIL- 21ª edição/ 2001 Ed. Guanabara Koogan; Medicina Interna – Harison – vol 1 e 2 – 12ª edição – editora Guanabara koogan; Atualização Terapêutica – **F.Cintra do Prado** -2003 Ed. Artes Médicas; Medicina Ambulatorial - condutas médicas na atenção primária. **DUNCAN, Bruce B., SCHMIDT, Maria Inês., GIUGLIANI, Elsa R. J.**- 3ª edição. Ed.Artmed -2006; Medicina Interna- HARRISON; IV Diretrizes Brasileira de Hipertensão Arterial (2002), disponível no site da Sociedade Brasileira de Cardiologia – www.cardiol.br e no site da Sociedade Brasileira de Nefrologia – www.sbn.org.br; III Diretrizes Brasileiras sobre Dislipidemias (2001) site: www.cardiol.br; Consenso Brasileiro sobre Diabetes - diagnóstico e classificação do DM tipo II (2001), disponível no site www.diabetes.org.br; Normas do Programa de Imunização da Secretaria de Estado da Saúde.

CARGO: 3.14 - MÉDICO – TRABALHO / AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004. **BRASIL.** **MINISTÉRIO DA SAÚDE.** Gabinete do Ministro. Portaria GM/MS nº 2.437, de 7 de dezembro de 2005 que Dispõe sobre a ampliação e o fortalecimento da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador - RENAST no Sistema Único de Saúde – SUS e dá outras providências.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

ROQUAYROL, Zélia e Noromar Filho- Epidemiologia & Saúde

Patologias do Trabalho – Algranti, E. – Capitani, E. M. de Bagatin – Editora Atheneu – RJ

Tratado de Medicina Interna - Humel Lafayette Cecil.

Manual de Normas e Procedimentos Técnicos para a vigilância da saúde do trabalhador. – Secretaria de Estado da Saúde - Bensoussan, Eddy Manual de Higiene, Segurança e Medicina do Trabalho – Editora Atheneu – São Paulo - Burgess, Willian Identificação de possíveis riscos à Saúde do Trabalhador nos diversos Processos Industriais – Ergo Editora Ltda, Belo Horizonte MG. - Cincura, Jose Guia Prático de Ergonomia – Comepi _ Belo Horizonte, MG. - Fundacentro – Curso de Medicina do Trabalho – Fundacentro – São Paulo SP - Fundacentro - Revista Brasileira de Saúde Ocupacional – SÃO PAULO SP - Waldron, H.A.

Conceitos Básicos em Medicina Ocupacional – Andrei Editora Ltda – São Paulo SP

Mendes, René – Patologia do Trabalho – Editora Atheneu Ltda- Rio de Janeiro RJ
Mendes, René – Medicina do Trabalho e Doenças Profissionais – Savier Ltda São Paulo SP
Ministério do Trabalho- Normas Regulamentadoras de Higiene e Segurança do Trabalho –Brasília, DF – Vieira, Sebastião Ivone – Manual de Saúde e Segurança do Trabalho – Mestra Editora - Florianópolis SC.

CARGO: 3.15 - MÉDICO – AUDITOR / AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Manual de Organização da Atenção Básica- MS.Departamento de Atenção Básica do Ministério da Saúde/1992. Disponível no site: [HTTP://www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br) Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004. MS

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

ROQUAYROL, M. Z. ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia & Saúde. 5ª edição. Editora MEDSI,1999
LOVERDOS, Adriano. Auditoria e análise de contas médico-hospitalares. São Paulo.STS,1999.
MALAGÓN-LONDONO, Gustavo; MORERA, Galán; LAN VERDE,Portón. Administração Hospitalar.2ª edição. RJ : Guanabara Koogan. 2003.
ATTIE, William. Auditoria: Conceitos e aplicações. São Paulo. Atlas, 2000.
MALAFAIA, O. ,De PAOLO, D., WILLIG, E.O. Auditoria Médica e suas implicações legais. Ver. Associação Médica Brasileira.1983; 29. 26-7
CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA :CRM/CFM.
Gestão de Saúde Pública. Sistemas e Aplicativos: PLANEJASUS; SAI; SIGTAP (SIH /SAI/SIHD/CNES)SIPAR; SISFRONTEIRA; SOMASUS; TABNET;Disponíveis nos sites: [HTTP://www.saude.gov.br/](http://www.saude.gov.br) gestão de saúde pública e [HTTP://sigtap.datasus.gov.br](http://sigtap.datasus.gov.br)
Manual de Orientações Técnicas do Sistema de Informações Ambulatoriais SIA/SUS- Atualizado em maio de 2008.
Política de Informação e Informática em Saúde / DATASUS-MS.
Central de Nacional de Regulação de Alta Complexidade/ DATASUS-MS
Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde/ DATASUS-MS.
SÁ D. Avaliação da universalidade do acesso à saúde através dos sistemas de informações assistenciais do SUS: BRASIL, 1995.
TAKEDA, S., RAUPP, B., FLORES,R. Construindo um sistema de avaliação voltado à Vigilância em Saúde em Unidades de Atenção Primária. Disponível em: [HTTP://www.bireme.br](http://www.bireme.br)
BRASIL.MS- Manual do Sistema de Informação da Atenção Básica.
Resolução 1614/2001 do Conselho Federal de Medicina – CFM.
Portaria Ministerial GM/MS nº1069 de 19 de agosto de 1999.

CARGO: 3.16 - MÉDICO – PEDIATRA / PLANTONISTA

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

MURAHOVISCHI, J. – Pediatria – Diagnóstico e tratamento – 5ª ed. – 1.998; **MARCONDES, E.** – Pediatria Básica – 8ª ed.,1.991.
DUNCAN, B. BRUCE, SCHIMIDT, MARIA INÊS e GIUGLIANI, R. J. ELSA, e Colaboradores Medicina Ambulatorial – Conduta clínica em Atenção Primária, Ed. Artes Médicas, 1996, 2ª ed.**NELSON, BHERMEAN, KLIGMAN e ARVIN,** Tratado de Pediatria, 15ª Edição , Ed. Guanabara Koogan.

CARGO: 3.17 - MÉDICO – PSQUIATRA / PLANTONISTA

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

Lei Municipal nº 2.491/1992 que institui o “Fundo Municipal de Saúde de Rio Claro”; **Lei Municipal nº 2.720/1995**, que autoriza a “Criação da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro”; **Lei Municipal nº 2.784/1995** que dispõe sobre “Planos de Cargo, Carreira e Salários da Fundação Municipal de Saúde de Rio Claro”; **Lei Complementar Municipal nº 17/2007** que “Estabelece o Novo Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Rio Claro”.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

Adams R. D. Victor M., Ropper A M. Neurologia, 6ª Ed., RJ, 1998 - **Cecil R. L., Bennet J. C., Plum F. Cecil** Tratado de Medicina Interna 21ª ed., Guanabara – Koogan, RJ. 2001 2v. - **Sanvito W. L.,** Propedêutica Neurológica Básica. SP, Atheneu, 1996. - **Cambier J., Masson M. Dchen H.** Manual de Neurologia, 9ª ed., R.J., Medsi, 1999 - **Melo Souza SE.** Tratamento das doenças neurológicas. RJ., Guanabara – Koogan, 2000. - **Gagliardi RJ,** Tratamento da fase aguda dos AVC. SP. Lemos editorial, 2000. - **Gagliardi RJ. Reimão R.** Clínica Neurológica SP. Lemos Editora, 1998.

CARGO: 3.18 - MÉDICO – CIRURGIÃO GERAL / AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

ROQUAYROL, M. Z. ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia & Saúde. 5ª edição. Editora MEDSI, 1999
CECIL. Tratado de Medicina Interna. 22ª edição. Guanabara Koogan/RJ. 2002
HARRISON. Tratado de Medicina Interna. 16ª edição. 2006.
KALLAS. Cirurgia Geral.
DUNCAN, B.B, SCHMIDT, M.I. Medicina Ambulatorial. 3ª Edição. Ed. Artmed. 2006.
COPE, Z - Diagnostico Precoce do Abdômen Agudo, RJ Atheneu, 1976
SCHWARTZ, Princípios da cirurgia – 7ª edição - 2000
MORAES, Irany N. Tratado de Clínica Cirúrgica. 1ª Edição. Roca.
Código de Ética Médica- CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA/CRM

CARGO: 3.19 - MÉDICO – GINECOLOGISTA / AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o

controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

Tratado de Ginecologia – Febrasgo – Ed. 2000 – Ed. Revinte; **Tratado de Obstetrícia** – Febrasgo –. 2000 – Ed. Revinte; **Manual do Programa de Assistência integral à Saúde da Mulher** – Ministério da Saúde – **Assistência Pré-Natal** (Manual técnico), Ministério da Saúde, 2000; **Pré-Natal de alto risco** (Manual técnico) Ministério da Saúde, 2000; **Diagnóstico e Terapêutica em ginecologia** – Piato; **Tratado de Ginecologia** – Novak - Obstetrícia Normal e Patológica – 2º ed. Ed. Savie; **Tratado de Obstetrícia** – **Jorge de Resende**; **Manual de Controle e Condutas nas Doenças Sexualmente Transmissíveis** (Abordagem Sindrômica) - Ministério da Saúde (www.saude.gov.br)

CARGO: 3.20 - MÉDICO – OFTALMOLOGISTA / AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

Noções de **Anatomia e Fisiologia ocular.** Correção cirúrgica das afecções palpebrais. Cirurgia da conjuntiva. Cirurgia da córnea. Cirurgia da órbita. **Traumatismos oculares.** Anomalias da refração. Afecções da conjuntiva, córnea e esclera. Afecções do trato uveal. Manifestações oculares em doenças sistêmicas. Afecções do cristalino. **Tumores oculares.** Afecções das pálpebras. **Afecções da órbita.** Afecções das vias lacrimais. Prevenção do egrieno. Arquivo Brasileiro de Oftalmologia Revistas e Artigos dos anos de 1986 a 2000. CD-ROM do Conselho Brasileiro de Oftalmologia. - **MELLO, Paulo Augusto de Arruda.** Glaucoma – Princípios Gerais / Diagnóstico e Tratamento. Ed. Ciba Vision Latino América. 1.999. - **DUANE, Thomas D., Clinical Ophthalmology.** CD-ROM Edition. 1.998. - **BONOMO E CUNHA,** Sistema Lacrimal, Ed. Médica Panamericana, 1993 - **ACEDO, Jose Temprano,** Doenças da Mácula, Ed. Roca, 1993 - **COUTINHO Dantas,** Farmacologia e Terapêutica Ocular, Ed. Pirâmide, 1998; - Programa Nacional de Saúde Ocular e Prevenção da Cegueira, **Manual do Ministério da Saúde, 1998** - **ELDER, Duke,** Prática de Refração em Oftalmologia, Ed. Livraria Athenew, 1984; - **SHIELDS, M. Bruce,** Glaucoma, Ed. Médica Panamericana, 1987 - **BURIAN, Hermann M.,** Estrabismo, Ed. Roca, 1986.; **Guia de Vigilância Epidemiológica** (FUNASA/MS) 5ª edição. 2002

CARGO: 3.21 - MÉDICO – PEDIATRA / AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

MURAHOVISCHI, J. – Pediatria – Diagnóstico e tratamento – 5ª ed. – 1.998 - **MARCONDES, E.** – Pediatria Básica – 8ª ed., 1.991. - **DUNCAN, B. BRUCE, SCHIMIDT, MARIA INÊS e GIUGLIANI, R. J. ELSA,** e Colaboradores Medicina Ambulatorial – Conduta clínica

em Atenção Primária, Ed. Artes Médicas, 1996, 2ª ed., **NELSON, BHERMEAN, KLIGMAN e ARVIN**, Tratado de Pediatria, 15ª Edição, Ed. Guanabara Koogan.

CARGO: 3.22 - MÉDICO – CARDIOLOGISTA / AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

O Eletrocardiograma Normal e Patológico; Propedêutica e Fisiopatologia Cardiovascular; Teste Ergométrico, Ecocardiograma, Medicina Nuclear e Procedimentos hemodinâmicos em Cardiologia; Síndrome de Insuficiência Cardíaca; Arritmia Cardíaca; Síndrome de Hipertensão Arterial Sistêmica; Cardiopatias Congênitas; Doenças Cardíacas Valvar e Endocardite Infecçiosa; Aterosclerose e Cardiopatia Isquêmica; Cardiomiopatias e Miocardites; Princípios de Eletrocardiografia Clínica; **Mervin J. Goldman** – Editora Guanabara Koogan. - O Eletrocardiograma – **Enéas Ferreira** Carneiro – Editora Ateneu. - O Coração – Artéria e Veias – Hurst, Logue, Schlant e Wenger – Editora Guanabara Koogan; - Cecil – Tratado de Medicina interna –Guanabara Koogan (2001); II Diretrizes da Sociedade Brasileira de Cardiologia/ Consensos. (www.cardiol.br/consenso) - Medicina Interna, **HARRISON**; Medicina Ambulatorial: Condutas Clínicas em Atenção Primária- Bruce Duncan-Maria Inês Schmidt-Elsa Giugliani; Guia Brasileiro de Epidemiologia (FUNASA/ Centro Nacional de Epidemiologia/ MS). Brasília/ MS-1998; **BRASIL.** FUNASA/MS. Guia de Vigilância Epidemiológica. Brasília/MS. 2002. (www.funasa.gov.br)

CARGO: 3.23 - MÉDICO – NEUROLOGISTA / AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

Adams R. D. Victor M., Ropper A M. Neurologia, 6ª Ed., RJ, 1998 - Cecil R. L., **Bennet J. C., Plum F.** Cecil Tratado de Medicina Interna 21ª ed., Guanabara – Koogan, RJ. 2001 2v. - **Sanvito W. L.**, Propedêutica Neurológica Básica. SP, Atheneu, 1996. - **Cambier J., Masson M. Dchen H.** Manual de Neurologia, 9ª ed., R.J., Medsi, 1999 - **Melo Souza SE.** Tratamento das doenças neurológicas. RJ., Guanabara – Koogan, 2000. - **Gagliardi RJ**, Tratamento da fase aguda dos AVC. SP. Lemos editorial, 2000. - **Gagliardi RJ. Reimão R.** Clínica Neurológica SP. Lemos Editora, 1998.

CARGO: 3.24 - MÉDICO – OTORRINO / AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da

Saúde, 1996. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

BOCA – embriologia, anatomia, fisiologia. Estomatites. Patologia das glândulas salivares. Tumores benignos e malignos. Manifestações orais das doenças sistêmicas. **ORELHA** – embriologia, anatomia, fisiologia. Mal informações. Patologia da orelha média. Patologia da orelha interna. Tumores benignos e malignos da orelha externa, média e interna. Disacusias. Labirintopatias. Paralisia facial. **NARIZ E SEIOS PARANASAIS** – embriologia, anatomia, fisiologia. Rinites: alérgicas, vasomotoras e infecciosas. Obstrução nasal. Distúrbios de olfação. Epitaxe. Sinusite aguda e crônica. Micoses. Granulomas nasais. Complicações de sinusite. Tumores benignos e malignos do nariz e seios paranasais. Apnéia do sono. **FARINGE** – embriologia, anatomia, fisiologia. Anginas e amigdalites. Granulomas. Tumores benignos e malignos. Adeniodite. **LARINGE** – embriologia, anatomia e fisiologia. Mal formações. Disfonias. Tumores benignos e malignos em otorrinolaringologia. Estudo radiológico e endoscópio. Procedimentos cirúrgicos. Propedêutica instrumentada.

HUNGRIA, H. – Otorrinolaringologia. 6ª ed., Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1.991. **LOPES Filho, O.**, Campos, C. A. H. – Tratado de Otorrinolaringologia. São Paulo, Ed. Roca, 1.994. **MINITI, A., Bento, R. F., Butugan, O.** Otorrinolaringologia Clínica e Cirúrgica. São Paulo, Livraria Atheneu Ed., 1.993. - **Ganância, Mauricio Malavas.** Vertigem tem Cura? - Manual Merck de Medicina-15ª edição, - Montgomery, Willian w. Sugery of The upper Otorrinolaringologia, **HUNGRIA, Helio. DUNCAN, BRUCE B., SCHIMIDT, MARIA INÊS, GIUGLIANI, ELSA** – Medicina Ambulatorial, condutas clínicas em Atenção Primária. 3ª edição-2006; Brasília. 2002 Guia **Brasileiro de Vigilância Epidemiológica** (FUNASA/ Centro Nacional de Epidemiologia/ MS) 1998

CARGO: 3.25 - MÉDICO – NEUROPEDIATRA/ AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL**. Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL**. Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL**. Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

ROQUAYROL, M. Z. ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia & Saúde. 5ª edição. Editora MEDSI,1999

ROTTA, N. T., OHLWEILER, L., RIESGO, R. S. Rotinas em Neuropediatria.

Porto Alegre. Ed ARTMED. 2005

Normas do Programa de Imunização (Secretaria de Estado da Saúde) 2008;

Adams R. D. Victor M., Ropper A M. Neurologia, 6ª Ed., RJ, 1998 - Cecil R. L., Bennet J. C., Plum F. Cecil Tratado de Medicina Interna 21

ª ed., Guanabara – Koogan, RJ. 2001 2v. - Sanvito W. L., Propedêutica Neurológica Básica. SP, Atheneu, 1996. - Cambier J., Masson M.

Dchen H. Manual de Neurologia, 9ª ed., R.J., Medsi, 1999 - Melo Souza SE. Tratamento das doenças neurológicas. RJ., Guanabara –

Koogan, 2000. - Gagliardi RJ, Gagliardi RJ. Reimão R. Clínica Neurológica SP. Lemos Editora, 1998.

DUNCAN, Bruce B., Schmidt, Maria Inês, Giugliani, Elsa – Medicina Ambulatorial, condutas clínicas em Atenção Primária. 3ª edição-2006

CARGO: 3.26 - MÉDICO – HEBEATRA / AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL**. Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL**. Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL**. Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL**. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

ROQUAYROL, M. Z. ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia & Saúde. 5ª edição. Editora MEDSI, 1999
FORATTINI, O. P. Epidemiologia . 22ª edição. Artes Médicas. 1996.
BARCHIFONTAINE, C. P., PESSINI. L., Bioética: Alguns desafios. Editora do Centro Universitário São Camilo e Edições Loyola, 2001.
CFM. Desafios éticos. Conselho Federal de Medicina, 1993.
SAITO, M.I. Adolescência, cultura, vulnerabilidade e risco. Pediatría. (São Paulo); 22(3): 217-9, 2000.
COATES, Verônica. Evolução histórica da Medicina do Adolescente. Ver. Paulista de pediatria; 10 (36): 21-3
DUNCAN, B. B., SCHIMIDT, M.I., GIUGLIANI, Elza R. J. e colaboradores. Medicina Ambulatorial: Conduas de Atenção Primária Baseadas em Evidência- 4ªed. Ed. Artmed.

CARGO: 3.27 - MÉDICO – PSQUIATRA / AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

Adams R. D. Victor M., Ropper A M. Neurologia, 6ª Ed., RJ, 1998 - **Cecil R. L., Bennet J. C., Plum F.** Cecil Tratado de Medicina Interna 21ª ed., Guanabara – Koognan, RJ. 2001 2v. - **Sanvito W. L.,** Propedêutica Neurológica Básica. SP, Atheneu, 1996. - **Cambier J., Masson M. Dchen H.** Manual de Neurologia, 9ª ed., R.J., Medsi, 1999 - **Melo Souza SE.** Tratamento das doenças neurológicas. RJ., Guanabara – Koogan, 2000. - **Gagliardi RJ,** Tratamento da fase aguda dos AVC. SP. Lemos editorial, 2000. - **Gagliardi RJ. Reimão R.** Clínica Neurológica SP. Lemos Editora, 1998.

CARGO: 3.28 - MÉDICO – PSQUIATRIA INFANTIL / AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

ROQUAYROL, M. Z. ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia & Saúde. 5ª edição. Editora MEDSI, 1999
AMARANTE, Paulo (org). Psiquiatria social e reforma psiquiátrica. Rio de Janeiro : Editora FIOCRUZ, 3ª Reimpressão, 2008
DUNCAN, Bruce B- Medicina Ambulatorial: Conduas Clínicas em Atenção Primária- 3ª edição. Porto Alegre- Editora Artes Médias Sul, 2004
AJURIA Guerra, J Manual do Psiquiatra Infantil. Editora Masson do Brasil, 2ª edição.
COPPOLILLO, H – Psicoterapia Psicodinâmica de Crianças - Uma introdução à teoria e as técnicas. Editora Artes Médias - 1990 Porto Alegre.
KAPLAN, HAROLD, SADOCK, Benjamin- Compêndio de Psiquiatria- Ed. Artes Médias - 6ª edição.- Porto Alegre RS- 1993.
Psicopatologia e Semiologia dos Transtornos Mentais- Paulo DELGALARONDO - Editora Artes Plásticas- Porto Alegre RS, 2001.
Normas do Programa Nacional de Imunização/2008

CARGO: 3.29 - MÉDICO – SAMU - INTENSIVISTA / PLANTONISTA

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE E EXPERIÊNCIA COMPROVADA.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004. **Portaria nº 2048/GM** do Ministério da Saúde, de 05/11/2002; Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência; **Portaria nº 1864/GM** do Ministério da Saúde, de 29/9/2003 – Institui o componente pré-hospitalar móvel da Política Nacional de Atenção às Urgências, por intermédio da implantação de Serviços de Atendimento Móvel de Urgência em municípios e regiões de todo o território brasileiro: SAMU – 192.

2 - ARTIGOS, OBRAS E AUTORES.

ROQUAYROL, M. Z. ALMEIDA FILHO, N. Epidemiologia & Saúde. 5ª edição. Editora MEDSI, 1999.
AEHLERT, Bárbara. ACLS/ Emergências em Cardiologia/Suporte Avançado de Vida em Cardiologia -Um guia para estudo. 3ª edição. Ed. Elsevier. 2007.
BRASIL. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção às Urgências. 2006. Disponível :<http://portal.saude.gov.br>
ERAZO, BACCARINI, STARLING. Manual de Urgências em Pronto Socorro. 8ª edição. Guanabara Koogan. 2006.
FREIRE, Evandro. Trauma: a doença dos séculos. 1ª edição. Ed. Atheneu. 2001
SUAREZ, F. A. et al Manual Básico de Socorro de Emergência. 2ª edição. Ed Atheneu. 2007
TEIMMERMAN, GONZÁLES, QUIRISI. Guia prático para ACLS – 1ª ed. Editora Manole – 2008
KNOBEL, Elias. Condutas no paciente grave. 3ª edição. 2006
TINTINALLI. Emergências Médicas. 6ª edição. MC Graw-Hill. 2004
MARTINS. Emergências Clínicas – Abordagem Prática. FMUSP – 3ª ed. – Editora Manole-2007.
Pronto Socorro-Fisiopatologia, Diagnóstico e Tratamento- Felipe Junior, José de – 2ª edição 1990;
LANE, J.C. Primeiros Socorros- Um Manual Prático.
MCSWAIN, N. E., FRAME, S., SALOMONE, J. P. PHTLS: Atendimento Pré- Hospitalar ao Traumatizado

CARGO: 3.30 - MÉDICO – PSF / AMBULATÓRIO

REQUISITOS BÁSICOS: CURSO SUPERIOR COMPLETO EM MEDICINA COM RESIDÊNCIA MÉDICA NA ÁREA E TÍTULO DE ESPECIALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO MÉDICA BRASILEIRA (AMB) E REGISTRO NO RESPECTIVO ÓRGÃO DA CLASSE E ESPECIALIZAÇÃO NO "PSF".

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LEGISLAÇÃO BÁSICA, CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS: 40 QUESTÕES.

1 - LEGISLAÇÃO:

BRASIL. Constituição Federal de 1988 - capítulo II, Seção II, artigos 196 a 200. **BRASIL.** Emenda Constitucional Nº 29. **BRASIL.** Lei Federal 8.080, de 19/09/1990. Dispõe sobre o Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** Lei Federal 8.142, de 28/12/1990. Dispõe sobre o controle social e define critérios de repasse financeiro nos Sistema Único de Saúde. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 2.203/96. Institui a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde, NOB – SUS 01/96. Brasília: Ministério da Saúde, 1996. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria n.º 373/02. Institui a Norma Operacional de Assistência à Saúde do Sistema Único de Saúde, NOAS – SUS 01/2002. Brasília: Ministério da Saúde, 2002. **BRASIL.** MINISTÉRIO DA SAÚDE. Gabinete do Ministro. Portaria Nº 399/GM de 22 de fevereiro de 2006. Divulga o Pacto pela Saúde 2006 – Consolidação do SUS e aprova as Diretrizes Operacionais do Referido Pacto; Guia de Vigilância Epidemiológica- 5ª edição. 2004.

2. AUTORES, OBRAS E ARTIGOS:

Tratado de Medicina Interna, **CECIL**- 21ª edição/ 2001 Ed. Guanabara Koogan; - Medicina Interna, **Harison** – vol 1 e 2 – 12ª edição – editora Guanabara koogan; - Atualização Terapêutica, **F. Cintra do Prado** -2003 Ed. Artes Médicas; - Medicina Ambulatorial: condutas médicas na atenção primária. **DUNCAN, Bruce B., SCHMIDT, Maria Inês GIUGLIANI, Elsa R. J.**- 3ª edição. Ed. Artmed -2006; - IV Diretrizes Brasileira de Hipertensão Arterial (2002), disponível no site da Sociedade Brasileira de Cardiologia – www.cardiol.br e no site da Sociedade Brasileira de Nefrologia – www.sbn.org.br; - III Diretrizes Brasileiras sobre Dislipidemias (2001) site: www.cardiol.br; - Consenso Brasileiro sobre Diabetes- diagnóstico e classificação do DM tipo II (2001), disponível no site www.diabetes.org.br Normas do Programa de Imunização da Secretaria de Estado da São Paulo.